Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Centro Nacional de Referência Cultural
Programa de Cidades Históricas

IPHAN 3

Novembro/dezembro 1979

Ouro Preto

Nove meses depois do Seminário de Ouro Preto é possível identificar dois níveis de conseqüências daquele encontro que foi, em síntese, a primeira oportunidade concreta que teve a população de Ouro Preto de revelar seus anseios e fazer-se presente na discussão das soluções propostas para a cidade. Sem privilegiar nenhum dos dois níveis, tem-se a mobilização de recursos técnicos e financeiros para a recuperação física da cidade, seriamente abalada pelas chuvas que quase a destruíram. Em outro nível, tem-se a mobilização da cidade que busca hoje organizar-se para se fazer ouvir no que considera como sendo sua competência: o destino de Ouro Preto.

O que se poderia denominar, aproveitando-se de uma palavra em voga, como a "Síndrome de Ouro Preto", foi aquele momento em que, sob chuvas devastadoras, acordou-se a consciência nacional para a necessidade de salvar a cidade, **já que sua população, sob o impacto da tragédia, lutava para salvar suas vidas. Constatou-se, então que paliativos não mais surtiriam efeitos, pois os morros que harmonicamente abrigam a cidade não mais a suportariam. A ação do homem e do tempo causaram desequilíbrios geológicos que não mais se acomodariam naturalmente.**

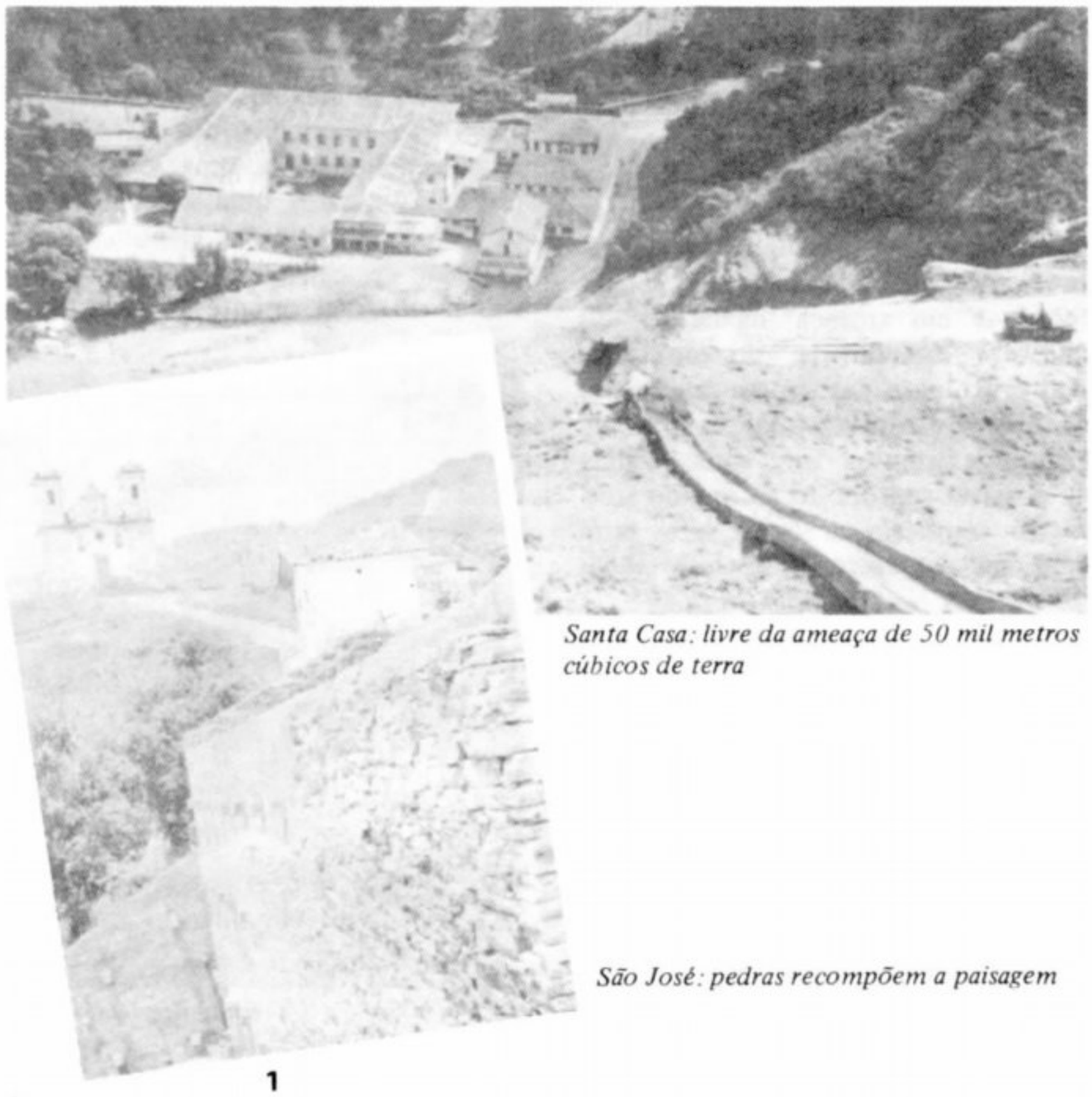
Da mesma forma, revelou-se a oportunidade para adoção de uma filosofia de atuação pela qual seria aberto um canal de comunicação direta entre a comunidade, o poder público e a inteligência nacional. A oportunidade foi o Seminário de Ouro Preto, realizado tão logo cessaram as chuvas, e que provocou desdobramentos, multiplicando as ações para consolidação definitiva da cidade. Ou como lembra o professor Luís Felippe Perret Serpa, coordenador de projetos do Centro Nacional de Referência Cultural, e hoje assessor cultural da Universidade Federal de Ouro Preto: "Não se trata de negar o direito de todos falarem sobre Ouro Preto, mas de reconhecer o direito do povo de Ouro Preto de decidir o seu destino".

Nesta página, e nas seguintes, uma visão do que está sendo feito em Ouro Preto, tanto em obras de recuperação, quanto no trabalho de atuação com a comunidade.

Os quatro casos mais urgentes

Estão totalmente concluídas as obras de recuperação dos quatro monumentos mais atingidos pelos deslizamentos de terras, trabalho executado pela Tecnosolo. Até se chegar a esse ponto, porém, foi necessária a concentração de esforços técnicos e financeiros, imediatamente após cessadas as chuvas. Na primeira fase, os trabalhos abrangeram principalmente as soluções de emergência para a preservação das Igrejas de São Francisco de Assis, São José e Nossa Senhora das Mercês de Cima, além da Santa Casa de Misericórdia, único hospital instalado em Ouro Preto e que serve, inclusive, às localidades de Mariana e Saramenha.

Todos estes monumentos foram seriamente afetados pelos deslizamentos e, em síntese, é a seguinte a descrição do que ocorreu com cada um deles, de acordo com o relatório final



Santa Casa: livre da ameaça de 50 mil metros cúbicos de terra

São José: pedras recompõem a paisagem

elaborado pela Tecnosolo: "Igreja de São Francisco de Assis – A gravidade da situação pode ser avaliada se for considerado que, no estágio atingido, a superfície de ruptura, nitidamente observada no local, alcançou parte da infra-estrutura do cemitério e chegou a aproximadamente 3,00 m da aresta oeste da Igreja".

"Santa Casa de Misericórdia – As primeiras observações mostraram que o fenômeno progredia rapidamente e que sua evolução traria conseqüências desastrosas para a cidade, pois fatalmente atingiria as fundações da Santa Casa, único hospital da cidade, e favoreceria a um deslizamento de terras de maior proporção na serra de Ouro Preto que também já apresentava evidências de movimentação de massas em suas encostas".

"Igreja de São José – O cemitério da Igreja de São José foi parcialmente destruído, em conseqüência da ruptura do muro lateral de contenção, construído em alvenaria de pedra. . . a ruptura provocou, também, a destruição parcial de uma rua de pedestres, situada na lateral da Igreja, e a sua evolução fatalmente comprometeria a estabilidade da estrutura da Igreja na direção do cemitério".

"Igreja de N. S. das Mercês de Cima – . . . Constatou-se que o muro de alvenaria de pedra que serve de arrimo lateral ao cemitério da Igreja apresentava trincas no contato do parâmetro interno do muro com o terreno. A observação dessas trincas mostrou que sua evolução processava-se com grande velocidade, constituindo-se em ameaça imediata e direta à estabilidade do cemitério, pois a evolução das trincas fatalmente conduziria à ruptura total do muro de arrimo existente. Em conseqüência da possível ruptura do muro e do aterro do cemitério, a Igreja teria também sua estrutura seriamente abalada".

TESTEMUNHOS

Para enfrentar esses problemas, a Tecnosolo, com a anuência do IPHAN, não hesitou em utilizar a tecnologia mais avançada para contenção de encostas, tais como cortina em concreto armado em substituição a muros de alvenaria de pedras, ancorada profundamente nos maciços, injeções de nata de cimento e instalação de drenos profundos.

A adoção dessa tecnologia contemporânea, fato muito discutido durante o Seminário, fez-se necessária devido à gravidade dos acidentes, que não suportariam soluções que apresentassem maior margem de riscos. Nos locais onde as cortinas de concreto armado interferem em demasia na paisagem, optou-se por um revestimento de pedras comuns na região, providenciando-se agora, o plantio de espécies botânicas capazes de ajudar na sustentação e na recomposição de paisagem.

A solução adotada está de acordo com as diretrizes da Carta de Veneza, que prevê a utilização de técnicas contemporâneas e as considera como testemunhos da intervenção nos monumentos históricos.

Agora, a vez da atuação conjunta

Tão importante quanto a recuperação dos monumentos mais afetados pelos deslizamentos, foi a decisão de dar continuidade aos trabalhos da Tecnosolo, já que o Mapeamento Geológico preparado pela empresa proporcionou o cadastramento de, aproximadamente, uma centena de acidentes geotécnicos ocorridos na cidade. A ampliação dos trabalhos atendia, também, a uma recomendação do Seminário, qual seja a de assistir à comunidade na elaboração de projetos de contenção para ocorrências localizadas, orientação para construção de obras de contenção e/ou estabilização, além de assessoria técnica à Prefeitura Municipal.

Enquanto os trabalhos se desenvolviam, nessa segunda fase, o IPHAN mobilizava-se para implantar um trabalho permanente em Ouro Preto, de forma que uma equipe local de técnicos pudesse absorver os trabalhos desenvolvidos pela Tecnosolo, vindo a substituí-la em caráter permanente. Assim, haveria a transferência de todo o conhecimento técnico assimilado pela empresa. Na segunda fase de seus trabalhos, a Tecnosolo desenvolveu intensa atividade, entre outras as seguintes: elaboração de anteprojetos para estabilização das encostas situadas na Vila São José e a montante da Santa Casa de Misericórdia; levantamento plani-altimétrico das áreas correspondentes à encosta situada na Vila São José, incluindo a área destinada ao bota-fora do material escavado, e também na encosta a montante da Santa Casa; assessoria técnica à Prefeitura Municipal, e à equipe formada pelo IPHAN, em Ouro Preto, com a participação de membros da Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal de Minas Gerais e Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais.

Ao encerrar a segunda e última fase de seus trabalhos em Ouro Preto, a Tecnosolo, além de transferir à equipe do IPHAN todo o conhecimento que acumulou entre fevereiro e outubro passados, listou todos os problemas geológicos que exigem solução prioritária.



Santa Efigênia: um dos cem pontos ameaçados





Perde-se um morro, ganha-se um parque



Vila São José: mantém-se a população, tira-se 500 mil metros cúbicos de terra e cria-se um parque de cem mil metros quadrados

A maior obra, em volume de serviços, em realização em Ouro Preto, é o desmonte do morro a jusante da Vila São José, de onde estão sendo retirados cerca de 500 mil metros cúbicos de terra. Quem chega à cidade assusta-se com o movimento de gigantescas máquinas de terraplenagem que, sem cessar, fazem o desmonte do morro.

O trabalho, em que pese a modificação na paisagem da cidade, tornou-se inevitável depois de comprovada a precariedade do terreno, afetado irremediavelmente pela ação dos homens – construção de casas nas encostas – e das chuvas. Em um primeiro momento, pensou-se na possibilidade de, ao invés de desmontar o morro, transferir as 50 famílias que se instalaram no local. Esta solução, talvez economicamente mais viável, foi abandonada após constatar-se que o inevitável deslizamento que viria a ocorrer, causaria um problema insolúvel: como retirar a terra deslizada, milhares e milhares de metros cúbicos, sem que os caminhões e máquinas destruíssem a cidade? Além disto, e principalmente, a transferência das famílias poderia causar sérios problemas sociais.

Optou-se, então, pelo desmonte do morro, que vem sendo executado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, sob a supervisão do IPHAN. O trabalho encontra-se em sua fase final e, depois de terminadas as obras, será feito o tratamento paisagístico do remanescente do morro, com o plantio de vegetação capaz de fixar a encosta.

O desmonte do morro, porém, propiciará a implantação de um Parque Ecológico com 111.500 metros quadrados, no local antes conhecido por "Lago de Lama". É que os 500 mil metros cúbicos de terra retirados do morro estão sendo depositados nessa área, que fica do outro lado da encosta.

A área é de propriedade da Alcan do Brasil, que a utilizava como depósito dos efluentes utilizados na lavagem da bauxita, bombeados desde Saramenha. Daí, a denominação "Lago de Lama". Há mais de sete anos, no entanto, a Alcan não utilizava a área, e, a pedido da Prefeitura Municipal, autorizou que o terreno fosse usado para bota-fora do material retirado do morro.

O terreno já recebeu, em toda a sua extensão, uma camada de, aproximadamente, quatro metros de terra, mas jamais poderá suportar construções em concreto armado, pois os efluentes lançados no local possuem alto teor de soda, o que corroeria as fundações de qualquer edificação mais pesada, de acordo com experiências da própria Alcan no Canadá e na Jamaica.

Em conseqüência, a Prefeitura Municipal solicitou a doação da área à Alcan, cuja vice-presidência já autorizou, estando o pedido em estudos finais em São Paulo. A intenção é implantar no local um Parque Ecológico para a população de Ouro Preto, pois a cidade é absolutamente carente de áreas propícias ao lazer.

A localização do Parque é excelente, pois fica a cerca de 800 metros da Igreja do Pilar, não estando, porém, à vista de nenhum ponto da área central da cidade. Dois arquitetos da Fundação João Pinheiro já estão estudando o anteprojeto do Parque, que deverá ter ciclovias, áreas de esportes e outros equipamentos destinados ao lazer da população de Ouro Preto.

A transferência do conhecimento

Em novembro passado, finalmente, o IPHAN assinou com a Prefeitura Municipal e a Universidade Federal de Ouro Preto um convênio que viria a dar sustentação e permitir a ampliação da equipe de técnicos já atuando na cidade. O convênio, de caráter geral, tem como objetivo "o desenvolvimento de uma ação conjunta para a preservação, restauração e revitalização cultural da cidade de Ouro Preto".

Na mesma ocasião, o IPHAN assinou um contrato com a UFOP para implantação do Programa Especial de Emergência, de Preservação e de Recuperação da Cidade de Ouro Preto que estabelece três grandes áreas de atuação para 1980. Na área de geologia e geotécnica, as atividades previstas são as seguintes: assessoramento permanente à Prefeitura Municipal; elaboração de projetos de contenção e pareceres sobre estabilidade de encostas; cadastramento, supervisão dos trabalhos de inspeção e desobstrução de galerias de drenagem; elaboração de projetos esquemáticos para drenagem superficial nas áreas críticas; elaboração de um cadastro geotécnico por áreas de prioridade, com vistas à elaboração de um mapa geotécnico da região; assistência à comunidade, vistorias, pareceres e sugestões relativas à estabilidade de casas e encostas; atuação como núcleo de aperfeiçoamento profissional e integração da Universidade com a comunidade; acompanhamento geral dos trabalhos de rearborização das encostas.

A equipe para executar esse trabalho é composta por um coordenador (professor de geologia da UFOP), dois geólogos e dois engenheiros civis (também professores da UFOP), além de quatro estagiários. A consultoria será dada pelo Professor Edézio Carvalho, da UFMG, Jaime Cabral, da CPRM, José Carlos Vieira, da Prefeitura do Rio de Janeiro, e Altamiro Tibiriçá Dias, da Alcan.

Os trabalhos de florestamento e reflorestamento prevêem as seguintes atividades: elaboração e implantação do projeto Jardim Botânico; seleção das espécies, orientação e supervisão do plantio nas encostas; integração com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, com o IBDF e demais equipes de trabalho; intercâmbio com entidades afins. Esses trabalhos estão sob responsabilidade de uma equipe coordenada por um professor de Botânica da UFOP, um botânico da UFOP, dois estagiários, um auxiliar técnico e cinco operários. A consultoria é de responsabilidade de um engenheiro agrônomo cedido pela Embratur e um engenheiro florestal do IEF.

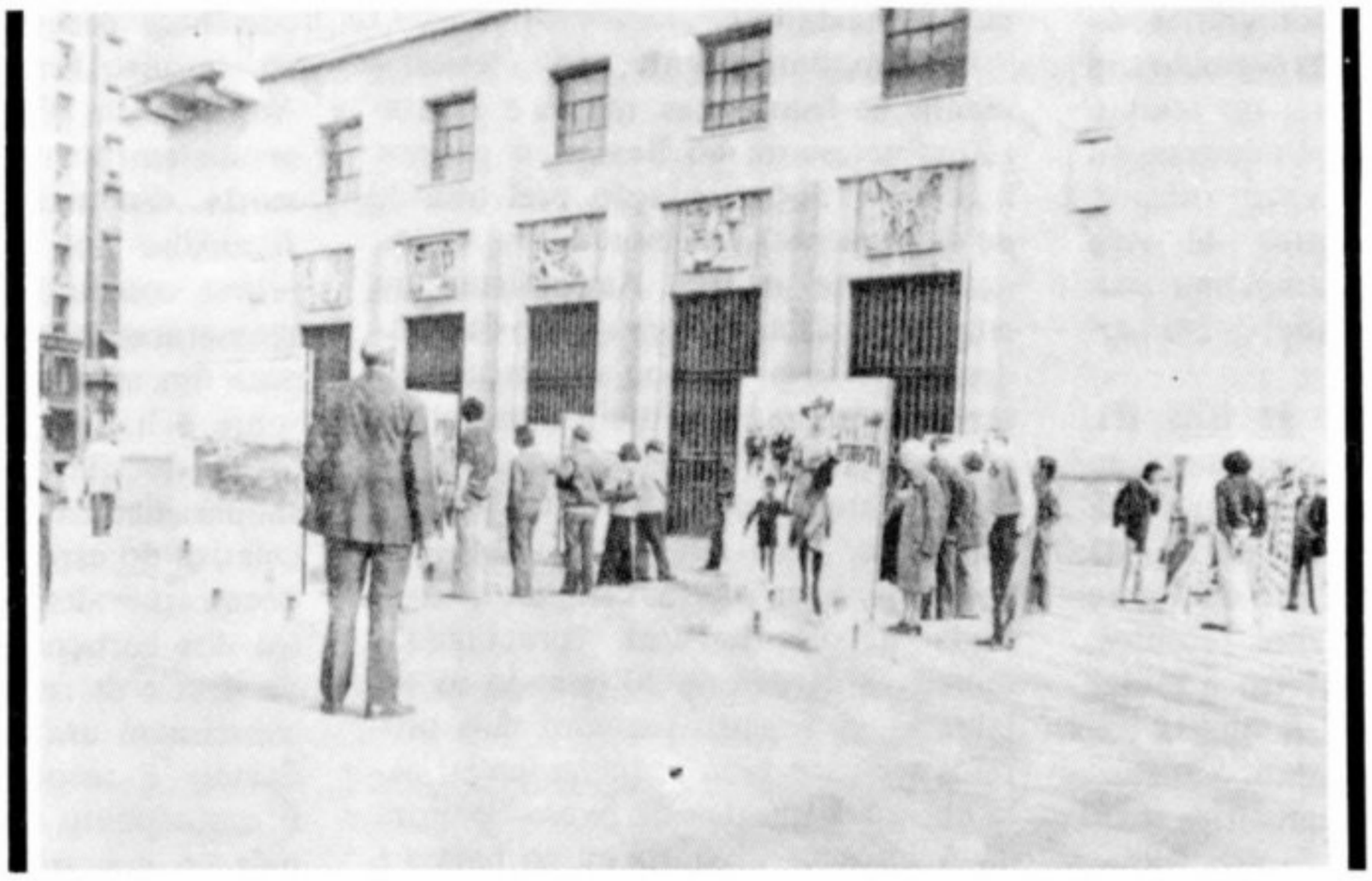
Na área de preservação e recuperação do núcleo histórico, as atividades são as seguintes: acompanhamento e fiscalização das obras aprovadas pelo IPHAN e Prefeitura Municipal; fornecimento de subsídios ao IPHAN para aprovação de projetos; articulação com entidades afins; implantação de ações preventivas de preservação do núcleo histórico; implantação de projetos comunitários; animação cultural.

A equipe responsável é coordenada por um professor da UFOP e integrada por um arquiteto residente em Ouro Preto, dois estagiários de engenharia civil, dois pedreiros, dois carpinteiros e dois ajudantes de obra. A consultoria está a cargo do diretor regional do IPHAN em Minas Gerais, Roberto Lacerda e pelo encarregado de obras do IPHAN, Antônio Acácio.

Diálogo, por onde tudo deve começar

O que fazer para compatibilizar o passado e o presente em uma cidade como Ouro Preto?
Para o professor Luís Felippe Perret Serpa, coordenador de projetos do Centro Nacional de Referência Cultural e atualmente assessor cultural da Universidade Federal de Ouro Preto, a resposta resume-se a uma palavra: diálogo.
– "O que aconteceu – – explica Felippe – é que se desenvolveu toda uma ideologia nacional sobre Ouro Preto, mas não se desenvolveu o diálogo. Não se trata de negar o direito de todos falarem sobre Ouro Preto, mas de reconhecer o direito da população de definir seu destino".
Felippe Serpa está convicto que a primeira providência é ouvir a população falar, através do reforço às instituições culturais e comunitárias. Esta convicção nasceu de sua vivência em Ouro Preto, onde está morando desde agosto passado, por força do convênio entre o IPHAN e a UFOP, encarregado de desenvolver um programa de extensão da universidade que viabilize: a) a articulação da cultura com a educação; b) a ação comunitária através da educação e cultura; c) a extensão das atividades da UFOP a outras comunidades, e d) a criação de um Centro Regional de Cultura e Ação Comunitária.
Felippe cita a Praça Tiradentes como o exemplo dessa convivência entre o passado e o presente. E explica: "A praça tem tanta força que você é imperceptivelmente direcionado a uma postura purista, ao desejar tirar da praça o trânsito de veículos, pretendendo, assim, que ela volte a ser o que era no passado. Ora, Ouro Preto é uma cidade viva, tem pessoas, essas pessoas têm carros. O que é necessário é uma ordenação, é proibir o trânsito de veículos pesados, disciplinar o estacionamento. Feito isto, a convivência é pacífica".
Luís Felippe acredita que a Universidade pode desempenhar um papel fundamental para resolver o problema da convivência entre o passado e o presente em Ouro Preto. Nas diretrizes que preparou para o Programa de Extensão, afirma: "A característica empobrecedora de todas as experiências de universidade no país é a falta de vocação, apoiada em uma pseudo-universalidade esquecemos da dialética particular-universal e, assim, adotamos uma universalidade abstrata para nosso contexto histórico específico e homogeneizamos nossas instituições universitárias".
Na sua opinião, é preciso dar uma personalidade à universidade, o que, no caso da de Ouro Preto, está claro: "O aspecto específico refere-se à vocação da Universidade Federal de Ouro Preto para os contextos das cidades históricas de Minas Gerais. Com a incorporação da Faculdade de Filosofia de Mariana à Universidade, já temos o eixo Ouro Preto – Mariana. Poderemos, em seguida, incluir Congonhas. O trabalho de extensão durante alguns anos nessas três cidades dará uma experiência suficiente para se desenvolver a vocação da Universidade. A necessidade de vocacionar a UFOP nessa direção torna-se mais urgente devido aos recentes processos de industrialização na região e à rápida inchação *urbana".*

Museu rompe as quatro paredes: está nas ruas



Projeto Museu de Rua II: História do Anhangabaú e do Viaduto do Chá

Um certo dia, painéis singelos invadiram as ruas centrais da cidade de São Paulo que, neles se viu em retrospecto e em perspectiva. E o apressado paulistano se deteve diante das visões da terra, que ele supunha sem memória. Nenhum painel foi danificado: nenhum vandalismo se verificou em relação aos edifícios, praças e caminhos retratados que, um dia, desenharam a fisionomia urbana.

Cansados de repetir que os museus precisam de se dessacralizar, que é tempo deles se preocuparem mais com as pessoas do que com os objetos, que é hora de os museus saírem para as ruas, cansados de dizer e redizer tantas verdades e necessidades que, à força dessa mesma repetição acabam perdendo a sua verdadeira mensagem, os estudiosos e os amantes de museu sentiram-se, afinal, recompensados.

O Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo invadiu a paisagem sem tabus, sem sacralizações, aberto, preocupado com as pessoas e com a mensagem a ser transmitida: a invasão foi tão eficiente que o povo aceitou plenamente o seu museu e já o conhece pela sua denominação mais econômica e muito definidora: MUSEU DE RUA. Assim se expressava Waldisa Rússio sobre o projeto do arquiteto Júlio Abe Wakahara, implantado em 1977, por iniciativa da Prefeitura do Município de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Cultura. Maria Eugênia Franco, idealizadora da criação do Museu, disse que a imagem fotográfica de outros séculos, lançada nas ruas, obteve impacto necessário. O povo viu e respeitou esse museu sem paredes, porta e janelas, que se impunha como um "Museu" virtual, subvertendo os padrões museológicos tradicionais e a ordem estática a eles condicionada. Conheceu outras épocas dos locais por onde passava, e eram hoje às vezes mais, às vezes menos belos. Segundo Júlio Abe, o Museu de Rua vem ao encontro da necessidade de atribuir uma imagem à cidade de São Paulo pela educação popular direta, num momento em que a permanência da adaptação urbana aos estímulos metropolitanos descaracteriza profundamente esta imagem: "é que São Paulo, recriou, sucessivamente, seu espaço de forma irreconhecível".

Inicialmente o objetivo geral do museu foi permitir a divulgação do arquivo iconográfico do acervo do antigo Departamento Municipal de Cultura, criado por Mário de Andrade e organizado pelo fotógrafo Benedito J. Duarte, até pouco tempo consultado apenas por poucos especialistas e estudantes. Com a divulgação de tal acervo, a documentação visual sobre a cidade seria levada ao conhecimento e usufruto pela população. Outro objetivo, destaca Júlio Abe, é o incentivo da utilização do recurso histórico "não como forma romântica de saudosismo, mas como instrumento de compreensão da realidade atual e projeção futura" e, ainda, a preservação e valorização da paisagem urbana, garantindo a formação de um arcabouço histórico. A forma de concepção do Museu rejeita, em princípio, a idéia estática de museu fechado, que necessita de estímulo para ser consumido e que em geral só o é por uma minoria.

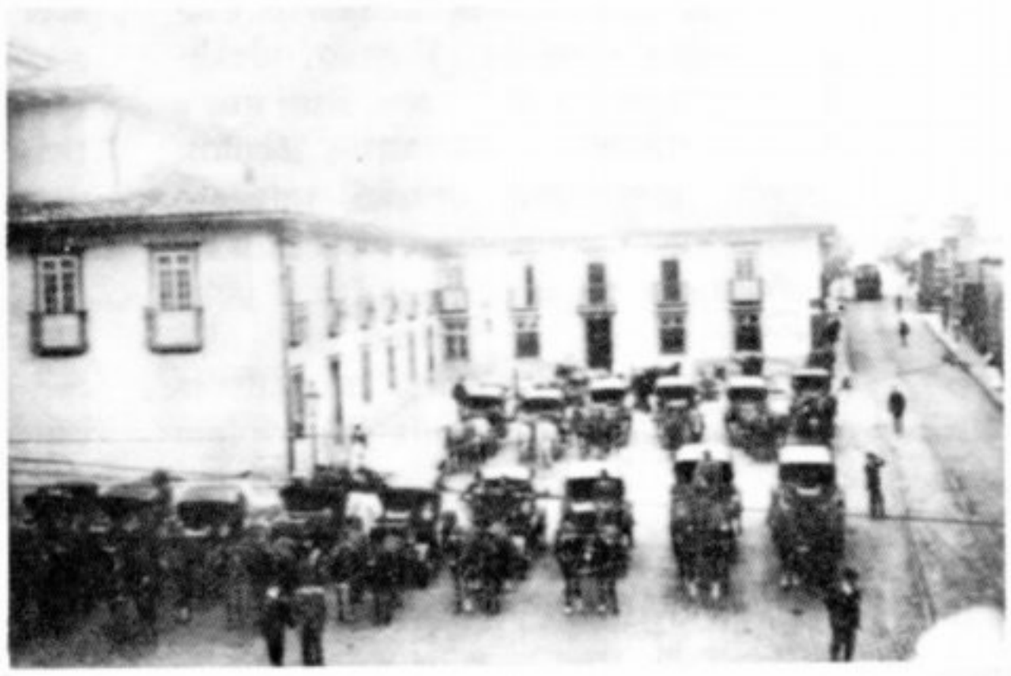
O primeiro trabalho realizado foi o *Percurso . Centro Histórico,* que contou com a exposição de dezessete painéis fotográficos, montados sobre estrutura de madeira e protegidos por poliuretano, formando um circuito fechado, em dez pontos importantes da história da formação da cidade: Pátio do Colégio, Praça da Sé, Rua Quintino Bocaiúva, Largo de São Francisco, Rua São Bento, Viaduto do Chá, Rua Direita, Praça Antônio Prado, Avenida São João e Largo de São Bento. O percurso total tinha

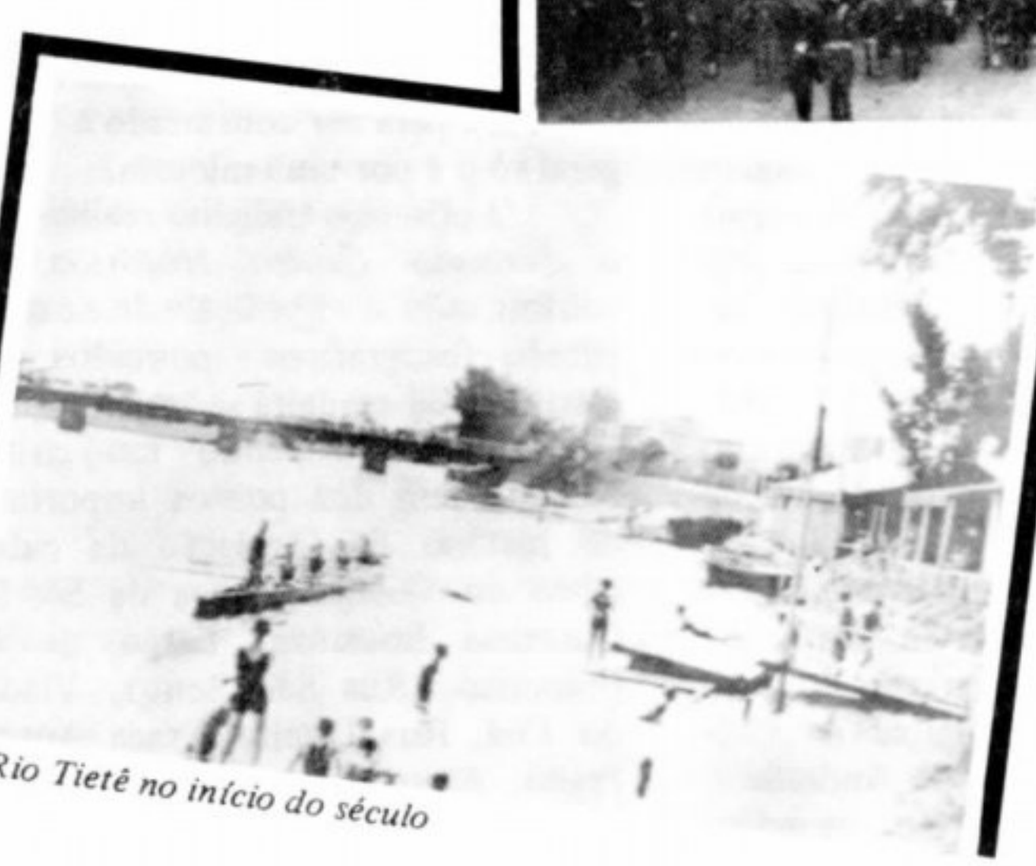
aproximadamente 2.000 metros e podia ser percorrido a pé, calmamente, em cerca de uma hora. Após o Percurso Centro Histórico, o Museu de Rua realizou seu segundo projeto a *História do Anhangabaú e do Viaduto do Chá*, que constou de fotografias de um mesmo sítio, dispostas segundo um roteiro que se desenvolvia no tempo. Focalizava a transformação da área em função do desenvolvimento urbano, abordando três momentos da vida paulistana: o Anhangabaú como chácara mais central da cidade, como parque e como avenida.

O projeto Museu de Rua III, foi *Memória da Sé*, em comemoração ao aniversário da cidade e também à inauguração da nova Praça da Sé. As primeiras fotos deste circuito datam de 1862 e as últimas dos anos recentes, como as das obras do Metrô e as das implosões dos edifícios. A quarta exposição de caráter itinerante, *São Paulo: Espaço/Tempo* teve temática mais ampla – o crescimento de São Paulo. Assinalou-se a presença de um espaço fisiográfico e ecológico onde as implantações humanas se fizeram em pouco mais de quatro séculos. O Projeto Museu de Rua V, inaugurado em dezembro último pela primeira vez teve um bairro como referência, o *Bela Vista*, que muitos persistem em chamar de Bexiga, um bairro "singular", de italianos e negros, tradicional e boêmio.

Simultaneamente, ao levantamento de fotografias, mapas e da literatura referente ao Bexiga, o projeto buscou a documentação oral através de depoimentos dos moradores. Assim, descobriu-se na rua Assembléia, um conjunto bastante homogêneo de casas desapropriadas, de boa aparência, que servia de moradia a muitos migrantes e escondia uma belíssima arcada de tijolos, sobre a qual estava a rua Jandaia. Às vezes, uma ou outra fotografia guardada com muito carinho, encontrada depois de uma "procurada", remetia à década de 20 quando os calabreses já construíam com seus próprios recursos uma pequena igreja, para abrigar a imagem de Nossa Senhora da Achiropita, a padroeira do bairro e da cidade de Rossano, na Itália. Outras vezes, era lembrado o pisoteamento ocorrido na estação da Luz quando do embarque de italianos para lutar na primeira guerra mundial. O que aconteceu desde o tempo das sesmarias até o final do século XIX, época em que os Campos do Bexiga já haviam sido loteados, o projeto buscou conhecer através da historiografia existente, e, por vezes, de documentos pesquisados principalmente no Arquivo Histórico Municipal e no Arquivo do Estado. Do início do século em diante, privilegiou-se a memória dos moradores mais antigos. A análise dos depoimentos permitiu retirar conclusões que, embora ainda prematuras, são importantes indícios para um aprofundamento dos estudos sobre o bairro. Por exemplo, a verificação de que a espontaneidade e a solidariedade dos moradores, a posse coletiva do espaço, a formação de cordões carnavalescos, a convivência dentro dos cortiços, surgem como forma de viver e de resistir dos despossuídos; constituem um contexto cultural produzido e reconhecido pela maioria. É neste ponto de participação da população nos trabalhos que se destaca a contribuição do CNRC, que colabora na documentação da exposição, início possível de um centro de cultura do bairro.

Praça da Sé no início do século





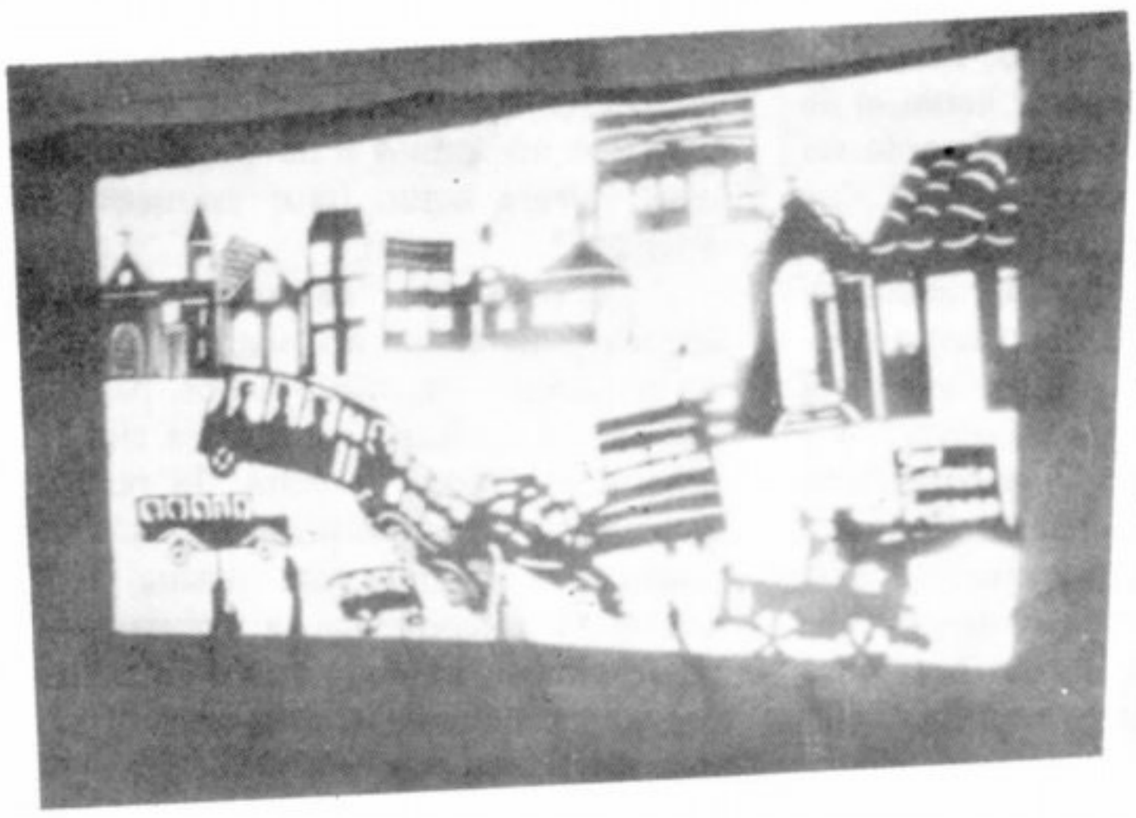
Rio Tietê no início do século



Rio Tamanduateí em 1910

a Associação dos Moradores discutindo o seu espaço

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Governo do Estado de Pernambuco através da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes e da Fundação Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, a Prefeitura Municipal de Olinda, a Fundação Roberto Marinho e a Sociedade dos Moradores e Amigos de Olinda Antiga se reuniram no patrocínio do *Encontro em Defesa do Patrimônio Cultural de Olinda*, realizado na Igreja da Sé, no período de 30 de novembro a 2 de dezembro. Contando com um documento básico que tratava do patrimônio natural, urbano e histórico, o Encontro, que previa o trabalho de comissões para aprovação de documento final em reunião plenária, recriou, no momento de sua concretização, sua trajetória, seus objetivos. Era. . .





Na noite da abertura, o Governador Marco Maciel lembrava a afirmação feita por Joaquim Nabuco, de que "se a atual geração de pernambucanos esquecesse três séculos da vida local, própria e distinta, renunciando assim à própria alma, esta se encontraria nas nossas praias e nas nossas árvores. Hoje, aqui, acontece o contrário. Olindenses e pernambucanos, lembrados de sua história, ciosos de sua cultura e empenhados em preservar a alma de sua terra, se concentram para um esforço coordenado de resistência às ameaças que pairam sobre seus montes, suas árvores, suas praias (...) É com imensa satisfação, portanto, que compareço a este Encontro, onde a comunidade dos moradores e amigos de Olinda se reúne com o Governo para um autêntico fórum de debates. O que quero dizer-vos nesta hora é que o brado cívico dos moradores e amigos de Olinda, a pedir socorro pela sua cidade, encontra eco e repercussão na gestão de meu governo".

O ponto alto da abertura do Encontro, naquela noite de sexta-feira, foi, sem dúvida, a apresentação da peça teatral – Teatro de Sombras – de criação coletiva dos moradores, que criticou, com vigor e graça, a deterioração das condições de vida em Olinda, devido, principalmente, à invasão de automóveis, ônibus de turismo e caminhões de carga. Outro momento simpático, também promovido pela Sociedade de Moradores e Amigos de Olinda Antiga foi a apresentação da banda local, tocando dobrados e frevos.

Na manhã do dia seguinte, moradores e amigos de Olinda, o Prefeito Germano Coelho e técnicos da administração federal, estadual e municipal iniciaram, em plenária, painéis que diagnosticaram os principais problemas que afetam o patrimônio cultural de Olinda e a explanação e debates sobre programas e projetos já em planejamento ou em execução. Um dos principais empecilhos a uma ação eficaz na preservação de um sítio histórico com as características e a importância de Olinda, foi apontado pelo chefe da municipalidade: "o esvaziamento dos municípios brasileiros, que levou Olinda a um estado de falência e abandono". Argumentando, disse que de cada Cr$ 100,00 de tributos coletados no município, Cr$ 76,00 vão para o Governo Federal, Cr$ 22,00 para o Estado, ficando apenas Cr$ 2,00 para o governo local cumprir seus deveres legais como: coleta de lixo, pavimentação, educação e saúde.

No final, 58 recomendações que obtiveram o consenso da plenária, composta na sua quase totalidade por moradores de Olinda, sugeriram medidas práticas para sanar os problemas da perda da qualidade ambiental decorrente do processo de desmatamento ou da redução da cobertura vegetal, do processo geológico de assentamento de camadas dos morros e mesmo do avanço do mar sobre o litoral olindense; dos conflitos paisagísticos expressos através das sucessivas perdas ambien-

tais sofridas pelo sítio histórico e os conflitos de construção que concorrem para a descaracterização dos monumentos arquitetônicos e da estrutura urbana da cidade; o florescimento rápido e principalmente descontrolado das potencialidades turísticas, culturais e habitacionais do município; criação de plano viário e de transporte urbano, delimitando, inclusive, e de maneira rígida, as áreas reservadas a estacionamentos coletivos e individuais; abertura de linhas de crédito; implantação imediata de projetos na área de infra-estrutura básica, tais como instalação de rede subterrânea de telefonia e energia elétrica, entre outros. Mais duas recomendações que merecem destaque foram a de que seja cumprida a Legislação Municipal, considerada pela plenária uma das mais eficientes do Brasil no que diz respeito à preservação de sítios históricos e a de que seja formada comissão para compatibilizar os diplomas legais existentes, que afetam a área, à Notificação nº 1.155, de 4 de abril de 1979, do IPHAN, que ampliou o Polígono do Tombamento para uma área de 10,4 km^2, correspondente a 1/4 da superfície do município.

Ao final do Encontro, Aloísio Magalhães, em seu pronunciamento – dedicado ao "Elogio do Paradoxo" – lembrava ao auditório que, de pé, em longo aplauso, unia-se à sua fala: "Destaco, isolo e trato à parte a admirável e paradoxal figura de Ayrton de Almeida Carvalho. Misto de Quixote e Sancho, cervântico por natureza, herói e vítima, bravo e manso, simples e complexo, discreto e audaz, intolerante e bom, praticamente sozinho ao longo de tantos anos, luta pela preservação de nosso patrimônio cultural. Isso significa o êxito da grande vertente no nordeste do espírito de Rodrigo. Esta é a única Diretoria Regional que mantém intacto o espírito inicial da Instituição, cumprindo o pensamento abrangente de Mário de Andrade. Se mais não fez é porque não lhe deram condições. Quanto mais cerceado e limitado em recursos, mais acirrada e tenaz tem sido sua ação. Acrescente-se o imaterial e o sutil; nenhum de nós que tenha tido o privilégio de ter passado pela casa número 87 da Rua da União deixou de carregar consigo, indelével, a marca especial deste homem admirável. A sua constante referência a um Brasil pobre me leva a outro paradoxo que quero explicar: é a pobreza que mantém o mais intacto e o mais puro de nosso patrimônio cultural. Quanto mais interiorizado e mais pobre o lugar, mais permanentes são os valores de autenticidade brasileira. Esta estranha relação pobreza/bem cultural deve ser matéria para nossa profunda reflexão. Sobretudo oportuna quando nos reunimos para aferir e ouvir expectativas, desejos e necessidades de Olinda. Mesmo aparentemente contraditórias, e portanto paradoxais, Olinda detém instrumentos de proteção competentes, enquanto, Ouro Preto, por exemplo, até hoje não conseguiu aprovar uma legislação de proteção adequada às suas necessidades. Aqui clama-se pelo excesso de leis, lá não existe nenhuma legislação. Muitos acham o recente tombamento de Olinda excessivo na sua dimensão e rigoroso em suas posturas. Na verdade, sem ele, em pouco tempo, o Recife engoliria Olinda anulando seu perfil, destruindo sua singular identidade. O rigor desta lei é proporcional à ganância e ao furor da sanha especulativa do crescimento imobiliário. A figura do tombamento transcende sempre o episódico e o momento presente. Insere-se no tempo e na trajetória de uma cultura como fator permanente e estável".

E concluía: "Estranha e singularmente paradoxal a situação da cidade de Olinda. De mãe e maior, passou hoje a ser a vítima da própria cidade filha. Mas Olinda resistirá. Já ressurgiu até de suas próprias cinzas. Por muito tempo ainda esta mesma brisa acariciará os coqueiros, a mesma qualidade do sol iluminará os pontos claros no verde destas colinas, para que os que vêm depois de nós gratifiquem-se como nós no gratificamos, sobretudo, se conseguirmos ser fiéis guardadores dos bens que já recebemos dos que foram fiéis antes de nós".



IPHAN conclui obra em Pilar de Goiás



Pilar: do isolamento de quase um século à esperança de uma nova vida.

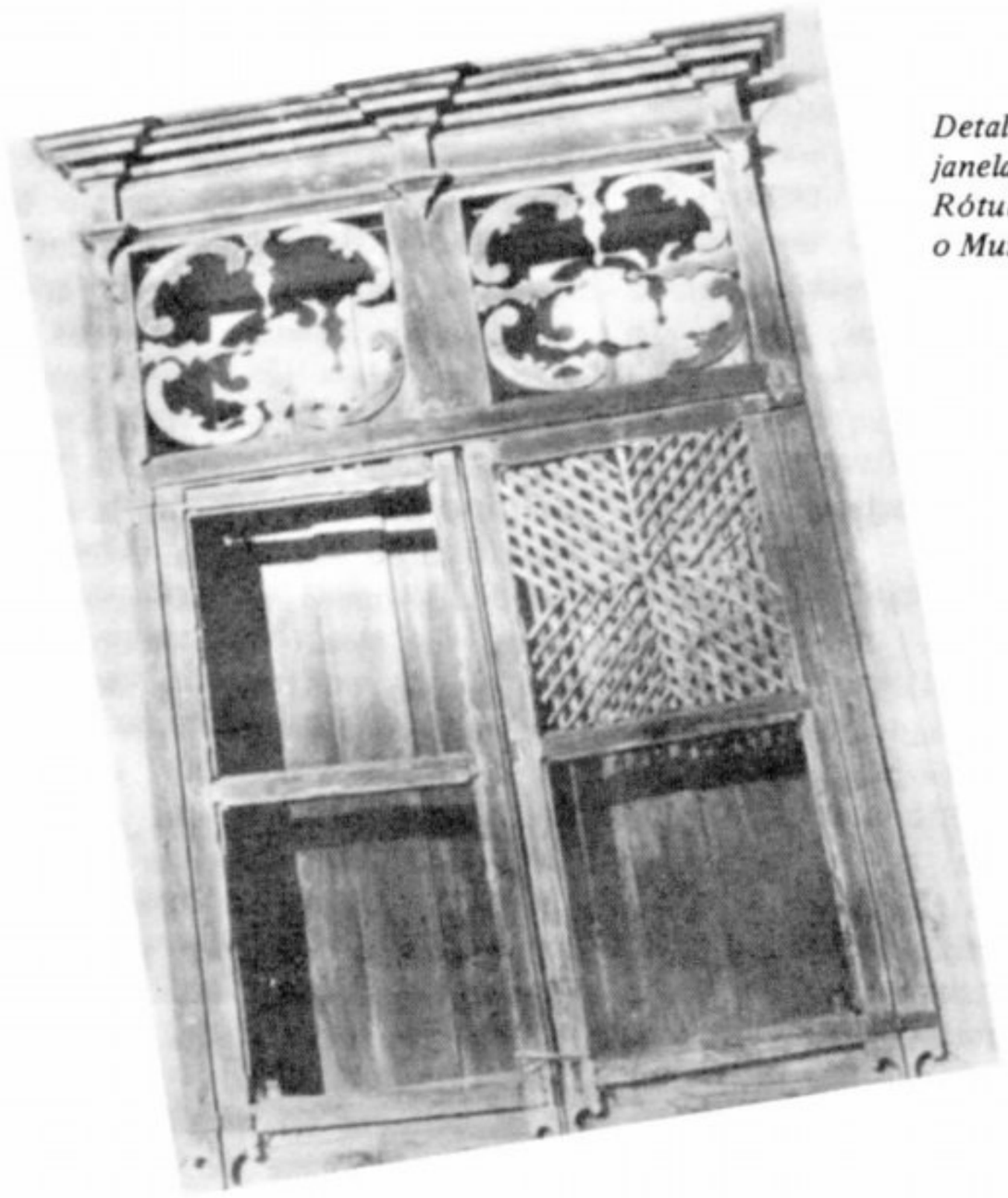
A cidade de Pilar de Goiás tem todo o seu conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo motivo de especial atenção para a 7ª DR. No decorrer do mês de dezembro duas das quatro obras de restauração previstas para a cidade foram concluídas, através de convênio entre o IPHAN e a Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado de Goiás, SUPLAN, órgão executor dos trabalhos.

A primeira delas, a Casa de Câmara e Cadeia, considerada a menor do Brasil, foi beneficiada com obras gerais. A casa possui dois pavimentos, um cômodo no térreo – a Enxovia – e outro de mesmas dimensões, ou seja de 6m x 6m, no sobrado – a Câmara. O acesso à Câmara se faz por escada externa e através de um alçapão chegava-se à cadeia. Na atual restauração, com vistas a uma reutilização adequada pela comunidade, foi aberta uma porta de acesso à enxovia, por baixo do patamar de chegada ao pavimento superior. Além das obras de revisão geral do madeiramento do telhado, encontrado em excelente estado de conservação, troca de metade das telhas por outras do mesmo tipo e dimensões, foram substituídas algumas tábuas do piso do sobrado; procedidos reparos e novas feituras das esquadrias, assim como das bacias, consolos e balaústres das duas janelas de púlpito da Câmara; pintura geral externa e interna; reconstituição da escada externa. Está sendo ultimada a instalação elétrica geral da casa, bem como o tratamento do entorno da mesma através de calçadas de lages de pedras ao redor da construção, com desvio das águas pluviais das paredes de taipa. A casa chamada "da Intendência", vizinha à casa de Câmara e Cadeia, teve suas paredes e esquadrias pintadas, valorizando o conjunto de excepcional pureza de linhas arquitetônicas.

Estudos no sentido de detectar a melhor forma de devolução do imóvel, que é de propriedade do IPHAN, à utilização da comunidade, já estão sendo realizados por equipe interdisciplinar, integrada por arquitetos da Diretoria Regional e pesquisadores do CNRC. A cidade, por sua vez, mobiliza-se através do "Clube de Jovens", movimento criado em 1978 pelo Projeto Rondon, quando de sua penúltima atuação na cidade. Hoje integrado por uma diretoria composta de oito rapazes e moças, com idade que varia de 18 a 24 anos, colocam como principal empecilho a uma atuação mais decisiva do Clube, a falta de um espaço físico: "O Patrimônio Histórico poderia dar – e já está dando – uma força para nós, porque o que .temos encontrado aqui é uma falta de apoio para engrenar numa divulgação de nossa sociedade, da cultura de nossa terra. Em termos da própria cidade as barreiras têm sido muito grandes. Se o Patrimônio puder nos entregar esta obra restaurada, vai ser excelente porque vamos ter condições de nos reunir e projetar muitas coisas", diz Maria de Fátima Dionísio, vice-presidente do Clube, e que "está preparando uma carta para mandar a Brasília, contando para 'D. Belmira' nossos planos, que incluem jogos de bingo e de canastra, a criação de um cine-clube, se conseguirmos um projetor para projetar filmes de lazer e de cultura, a criação de uma biblioteca e muitas coisas mais". Para o presidente do Clube, Caru, como é chamado por todos de Pilar, "a cidade atualmente não tem condições de ter uma vida cultural. Não tem cinema, não tem uma quadra de esportes, não tem nada. Nem água encanada e nem esgoto nós temos". E complementa: "uma organização como a nossa, contando com o apoio a nível federal, tenho certeza que há de fornecer algo à cidade para que a sociedade de Pilar tome conhecimento da necessidade de preservar a cultura e isso sem se esquecer de progredir, é lógico, o progresso tem que vir". Um advogado e fazendeiro na cidade, declara: "teria que fazer uma retórica total para falar de minha Pilar. Pilar é uma cidade histórica, como os senhores bem sabem. Talvez 400 anos se passaram aí, vividos com muito sacrifício, muito trabalho.

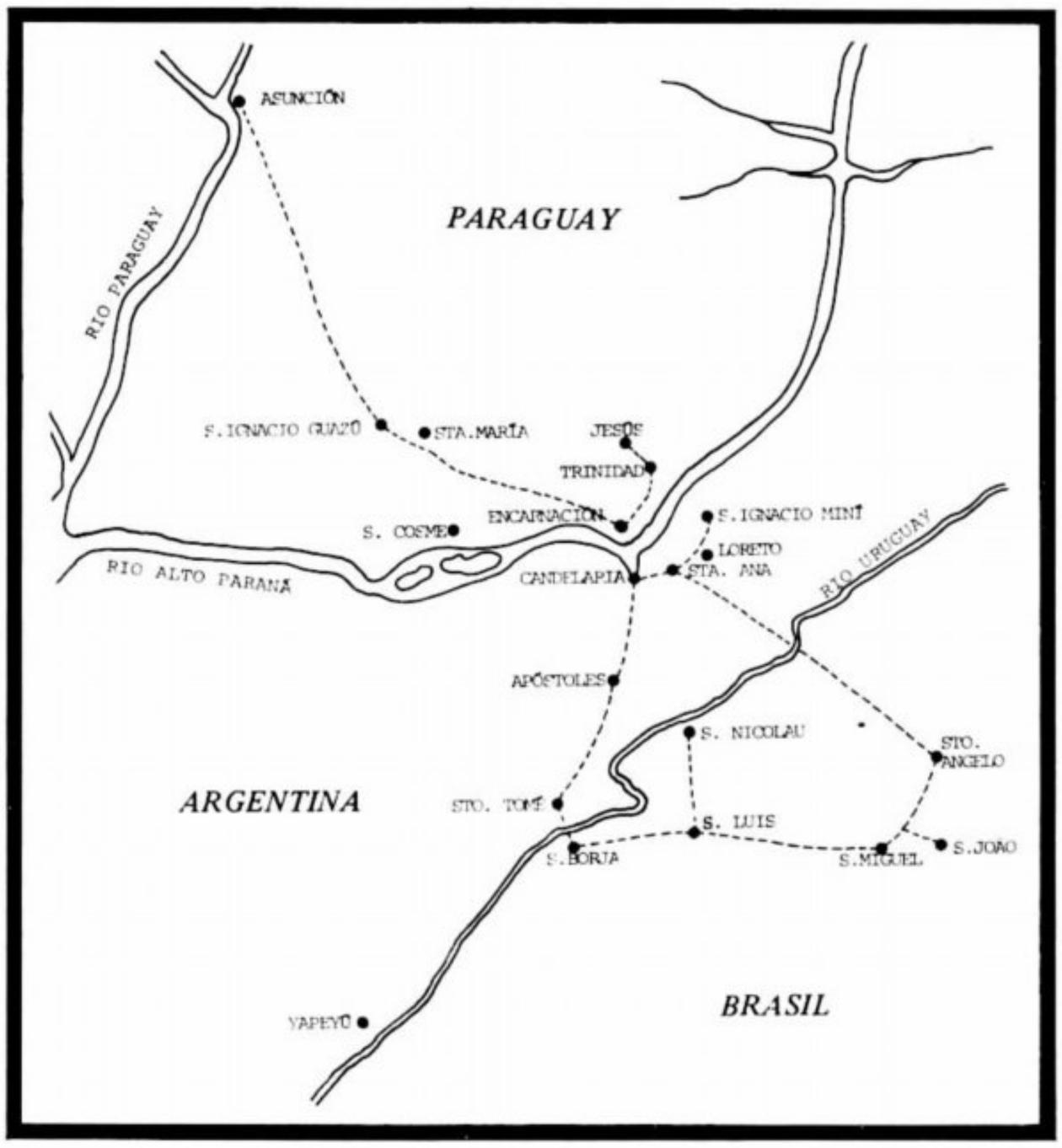
Eu conheço a história porque sou filho daqui. Pilar foi muito rica, motivada pelo garimpo do ouro. Na década de 30, 40, houve um decréscimo muito grande, motivado pela queda do ouro. E daí para cá só vem caindo. A fidalguia que houve na época vem decaindo por falta de incentivar o povo na preservação do patrimônio histórico. Eu não sei como o Patrimônio muito fez para ajudar a tantas cidades do Estado de Goiás e Pilar foi esquecida, por muito tempo. Só agora é que vemos que fomos lembrados. Nossa sociedade vive momentos de grande dramaticidade na cidade: nós ainda não temos água, esgoto, não temos estrutura de cidade humana. Então é dificúil morar numa região como Pilar. Mas felizmente vão surgindo idéias novas, de autoridades que vêm de fora como o Projeto Rondon, que criou o Clube de Jovens. Agora vai depender do trabalho deles, a possibilidade deles ocuparem uma casa do Patrimônio. Isso está dando fé na juventude para continuar movimentando na luta pela preservação do patrimônio histórico que é a coisa mais importante no contexto nacional". Robledo – secretário e braço direito do mestre-de-obras, Jorjão – – diz que tudo que é feito tem que ter um objetivo. "Não adianta reconstruir o patrimônio histórico e fechá-lo. É preciso que ele seja divulgado. É preciso que as pessoas trabalhem nele, utilizem ele". Jorjão – Jorge da Silva – é mestre-de-obras e já trabalha há quatro anos – – em projetos de restauração na região atendida pela 7ª DR. Trouxe para Pilar sua vivência e suas idéias muito próprias: – Não sou um mestre qualquer. Sou um mestre acostumado com o trabalho de restauração que é um trabalho cultural. Tenho que ter sensibilidade e graças a Deus sei fazer bem este serviço. – Desde sua chegada à cidade, começou, nos finais de tarde, em conversas no bar do seu Joaquim, "o da pracinha", a "prosear" com os moradores da cidade sobre seu trabalho em Goiás, sobre o Museu das Bandeiras, sobre a importância de se preservar o patrimônio cultural de uma cidade "antiga e não velha, porque o velho é o que não presta, não é, o antigo é o que é bonito". Semanas depois ganhou um aliado, Luís Gonzaga Batista, o Robledo, que, chegando de São Paulo para visitar um amigo que reside em Pilar, gostou do lugar, "das suas casas setecentistas, é assim que fala, não é, da história do garimpo, aprendi a garimpar e tenho encontrado ouro no rio Vermelho, pouco, mas ouro, e fiquei". Os dois, sempre juntos, chapéu e boné na cabeça, vão dando a solução para os problemas de Pilar. Aqui é preciso restaurar e implantar o turismo. - Turismo estraga um pouco mas dá dinheiro, né? Transformar a pensão da cidade num hotelzinho de melhor qualidade. Implantar rede de água, de esgoto, de energia. Melhorar as condições da estrada, de terra. Refazer algumas pontes que ligam Pilar de Goiás a Hidrolina e Itapaci e fazer aqui um museu, que é o lugar onde nós guardamos nossa história, a história de nossos familiares, de nossos antepassados", diz Robledo.

A segunda restauração foi a da Casa de Rótulas e forros pintados, que será devolvida à comunidade como a Casa Setecentista, onde o IPHAN prevê instalar um museu. No projeto de adaptação para museu pretende-se motivar a população para as finalidades de um museu como um organismo vivo, expressão cultural de uma localidade e levá-la a organizá-lo, mostrando o que ela possui através de empréstimos ou doações de peças, documentos e manifestações populares. Para provocar maior curiosidade dos moradores locais, inicialmente algumas peças da região, de cidades como Pirenópolis, Goiás, Ceres, Jaraguá, entre outras, poderiam ser colocadas no museu. Está previsto também o aproveitamento pela comunidade do pátio interno da Casa Setecentista para que nele se realizem festas, encontros, serestas e exposições de peças artesanais indígenas da região que possam permanecer ao ar livre. Internamente houve preocupação em proteger os forros pintados das salas da frente, consertando as goteiras com folhas de zinco. Estes forros, em tons esmaecidos pelo tempo, testemunham a nobreza da construção que se destaca naquela rua da Cadeia, com suas janelas guarnecidas pelas já famosas "rótulas de Pilar". - Quem sabe tomo conta das coisas que vão fazer aqui, depois das obras prontas? Tomei água do chafariz e quem toma desta água fica ou volta sempre. Vou mandar buscar minha mulher, que está em Ribeirão Preto. Vou ficar, diz Robledo.



Detalhe de uma das janelas da Casa de Rótulas que será o Museu da Cidade

Técnicos debatem como consolidar as Missões



Será realizada no início de 1980, em data a ser ainda marcada, uma reunião promovida pela Argentina, com a presença de representantes do Brasil e do Paraguai, para tratar da compatibilização do cadastramento da imaginária e fragmentos arquitetônicos das Missões Jesuíticas existentes nos três países.

O Paraguai já fez o fichamento de quase todo o seu acervo de imagens, diferente, porém, dos padrões estabelecidos. O Brasil, por sua vez, tem vários estudos de fichas. A idéia é aproveitar todo o trabalho já realizado, visando a uma padronização que racionalize o fichamento.

A reunião proposta pela Argentina é o desdobramento da que foi realizada em fins de outubro passado em Assunção, no Paraguai, quando representantes dos três países estudaram uma série de propostas para a revitalização e consolidação das Missões Jesuíticas, considerando o espaço geográfico em que se localizam.

À reunião em Assunção estiveram presentes 21 técnicos, sendo dois do Brasil, nove da Argentina, sete do Paraguai, além de um técnico chileno, um da Alemanha e um da Martinica. Os participantes da reunião dividiram-se em dois subcomitês, um para tratar da revitalização do patrimônio e outro encarregado de estudar os assuntos ligados ao turismo.

De acordo com o documento resultante da reunião, agora encaminhado aos governos dos três países, o subcomitê de patrimônio apresentou as seguintes recomendações:

Aos países:

. Publicação dos levantamentos referentes às Missões Jesuíticas, acompanhados de dados históricos-técnicos pertinentes, junto a critérios diretores da intervenção na restauração;
. Levantamento da documentação histórica e gráfica existente em cada país e edição de uma coletânea da documentação das Missões Jesuíticas, a partir de um programa a ser coordenado conjuntamente pelos três países;
. Fomento às investigações históricas sobre as Missões Jesuíticas em seus diversos aspectos, levando-se, também, fundamentalmente em conta, os estudos arquitetônicos, tecnológicos, de traços e de expressão artística;
. Promoção de reuniões de análises críticas sobre o problema das Missões em relação a outros centros de atuação da Companhia de Jesus na Ibero-américa.
. Proteção ao entorno urbano e paisagístico dos conjuntos missioneiros, considerando-se os problemas originados pelo turismo de massa e pelo desenvolvimento urbano;
. Realização de estudos e estabelecimento de critérios e sugestões sobre as intervenções de restauração, conservação e revitalização do Patrimônio Jesuístico;
. Promoção de reuniões para discussão dos critérios já adotados em obras realizadas e propostas nos estudos acima mencionados;
. Edição de publicações sobre os aspectos técnicos-científicos de restauração e revitalização que sirvam como normas de aplicação em novas intervenções, possibilitando, assim, futuros estudos da temática em questão.

À UNESCO:

. Que estude a possibilidade de editar o Inventário da Imaginária Jesuítica procedente das Missões existentes nos três países;
. Que coordene as reuniões de estudos históricos e técnicos-científicos propostos.

Por sua vez, o subcomitê de Turismo apresentou numerosas recomendações aos governos dos três países, entre outras, as seguintes:

. Que se crie um Circuito Tentativo Operacional a partir de Santo Ângelo, São Miguel, São Luís, São Borja (Brasil); Santo Tomé, Yapeyú (opcional), San Carlos, Posadas, San Ignácio Mini (Argentina); Encarnación,

Trinidad, Jesús, Santa Rosa, San Ignacio Guazú, Assunción (Paraguai);

- Que se integre aos respectivos projetos de preservação a criação de Museus;
- Que se defina como Centros de Documentação os de San Carlos (Argentina) e o de Assunção (Instituto Germano-Paraguaio) para maior aproveitamento da informação sobre as Missões que possam ser obtidas nos diversos centros mundiais;
- Que a Unesco estude a possibilidade de produzir um audio-visual ou um filme abrangendo a totalidade do circuito proposto, com uma cópia para cada país;
- Que se constituam como Centros de Apoio ao Circuito Turístico as cidades de Santo Ângelo (Brasil), Encarnación (Paraguai), Posadas e San Ignácio (Argentina);
- Que os países Membros promovam ações junto às agências de viagens e turismo da área, a fim de que sejam criados Departamentos de Turismo Receptivo; promovam, coordenem e cooparticipem as tarefas de promoção do Circuito Turístico Missioneiro; treinem seu pessoal de vendas para a comercialização do novo circuito turístico; implementem os serviços de aluguel de carros com o objetivo de operar nos diferentes países membros do circuito;

Que os projetos de preservação integrantes do Circuito Turístico utilizem mão-de-obra regional seja para obras de infra–estrutura ou para serviços turísticos.

OBRAS

O Museu Mineiro será instalado em breve no prédio do antigo Senado Mineiro, em Belo Horizonte, cujas obras de restauração, custeadas pelo Programa de Cidades Históricas, estão praticamente prontas. Construído no início deste século, em estilo neoclássico, o edifício, depois de extinto o Senado, abrigou durante muitos anos a Pagadoria do Estado, e sofreu diversas modificações, tendo sido aumentado na parte posterior, conservando, porém, a mesma fachada.

Apesar de razoavelmente conservado, o trabalho de restauração exigiu grande esforço dos técnicos e operários, principalmente a recomposição do teto-forro, decorado em "papier maché" e gesso, que estava bastante danificado. O antigo Senado Mineiro localiza-se ao lado do prédio do Arquivo Público Mineiro e, com ele, forma um conjunto arquitetônico característico do início do século.

Nas obras de restauração, executadas sob a responsabilidade do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), foram aplicados Cr$ 12.731.248,00, incluídos neste total os gastos com equipamentos contra incêndios, um dos mais modernos e eficientes.

O Museu Mineiro abrigará a Coleção Geraldo Parreiras, de arte sacra, adquirida pelo Governo Mineiro e composta de peças de inestimável valor.

Outra obra sob a responsabilidade da 3ª Diretoria é a que está sendo executada na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, nos Montes Guararapes, considerada o principal monumento do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. A Igreja está sendo restaurada interna e externamente e os trabalhos contam com a colaboração da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), que elaborou projetos de infra-estrutura relativos ao acesso principal, sistema viário interno, barragem e fornecimento d'água e iluminação.

Apesar de localizada fora da área de trabalho da 3ª Diretoria Regional do IPHAN, a magnífica Igreja de Santo Alexandre, em Belém(PA), está sendo restaurada por uma equipe de operários orientada por José Ferrão Castelo Branco. auxiliar de assuntos culturais da 3ª Diretoria. Pretendia-se, apenas, recolocar o retábulo da capela-mor, que se encontrava desmontado e em precárias condições de conservação. O trabalho, no entanto, ampliou-se consideravelmente, pois se verificou a necessidade de recompor peças de talha, imunizar grande área contra o ataque de cupins, recompor telhados, colunas, altares, além de outras obras abrangendo o coro, a capela, a nave, etc.

Em Recife, a 3ª Diretoria Regional do IPHAN vem recebendo a colaboração da empresa de Urbanização (URB - Recife) que, independente de qualquer contribuição financeira por parte do IPHAN, está executando o trabalho de limpeza e pintura das fachadas de monumentos como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, Matriz da Boa Vista, Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio e Igreja do Divino Espírito Santo.

Encontram-se em fase final as obras de restauração da Igreja N. S. do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, sob orientação e fiscalização da 5ª Diretoria Regional do IPHAN, no Rio de Janeiro. As obras são custeadas pela Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro, responsável pelos danos causados ao prédio durante a construção do metrô.

Estão concluídas as obras da primeira etapa da restauração do Forte do Mar, em Salvador, sob a responsabilidade da 4ª Diretoria Regional do IPHAN. Os trabalhos foram orçados em Cr$ 10 milhões, com recursos do Programa de Cidades Históricas. Depois de pronta a restauração, o Forte do Mar abrigará o Museu da História Naval da Bahia.



EDUCAÇÃO E CULTURA DE 22 a 45

No momento em que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) passa por profundas transformações, decorrentes de sua reformulação e fusão com o Programa de Cidades Históricas (PCH - SEPLAN) e com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), coloca-se como do maior interesse a reflexão sobre a época e o contexto de sua criação.

Este é um dos objetivos do projeto Educação e Cultura no Brasil de 1922 a 1945, atualmente em fase de elaboração no CNRC. Ainda em fase preliminar, a pesquisa se propõe a analisar uma época de grande efervescência cultural – que, no campo da criação artística se convencionou chamar de Modernismo – quando parte representativa da intelectualidade brasileira se dispõe a repensar a cultura e a própria imagem do Brasil. Importa sobretudo que esta reformulação não ficou limitada ao campo das idéias e realizações artísticas, mas constituiu-se, em certos momentos, em uma tentativa de concretizar as novas propostas através de uma participação ativa na vida institucional, sendo Mário de Andrade o "caso" mais representativo desta nova atitude. É na gestão de Gustavo Capanema, frente ao então Ministério de Educação e Saúde (1934 - 1945), que se verifica um notável dinamismo em termos de participação de intelectuais na proposta e criação efetiva de instituições culturais, tais como o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto Naçional do Livro, e o próprio Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (responsável, por sua vez, pela criação do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, do Museu do Ouro em Sabará, entre outros).

Essa atividade traz, porém, as marcas das contradições que caracterizam o período. Analisar as diferenças entre as propostas iniciais e as realizações efetivas, entre os objetivos e as metas alcançadas, é uma das intenções da pesquisa. Supõe-se que, repensando o passado numa tentativa de compreendê-lo, se estará contribuindo, de maneira efetiva, para uma ação mais conseqüente nos dias atuais.

Neste sentido, além de toda a bibliografia e documentação pertinentes ao assunto, pretende-se recorrer a arquivos – sendo, sem dúvida, o de Gustavo Capanema, sob a guarda do Centro de Pesquisa e Documento (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, o mais importante, além do de Anísio Teixeira, ainda em fase de organização. Também o material existente no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo – sobretudo os arquivos de Mário de Andrade e de Oswald de Andrade – apresentam o maior interesse. Pretende-se, ainda, consultar coleções de jornais e periódicos da época, e, enfim, toda e qualquer fonte que possa fornecer elementos para uma análise do período em toda a sua complexidade, tal como os filmes realizados pelo Departamento de Informação e Propaganda (DIP), que estão sendo restaurados e indexados pela Fundação Cinemateca Brasileira.

O Palácio da Cultura, um dos marcos da arquitetura contemporânea brasileira, construído para sede do então Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, está sendo restaurado pela 5ª Diretoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com verba do Programa de Cidades Históricas.

As obras, iniciadas em agosto passado, deverão estar concluídas em abril deste ano, e compreendem apenas a denominada "fachada norte". Estão sendo feitas limpeza, pintura e, pela primeira vez desde a inauguração do edifício, estão sendo reparadas as esquadrias, o que melhorará sensivelmente as condições de ventilação do prédio.

Será mantida a mesma característica do edifício, a não ser a pintura dos "brise soleil" que receberá uma tonalidade um pouco mais escura do azul original, de acordo com a orientação do Professor Lúcio Costa. As obras estão orçadas em Cr$ 12.749.000,00.

Desde a transferência do Ministério da Educação e Cultura para Brasília, o Palácio da Cultura abriga a 2ª Delegacia Regional do MEC, além de diversos outros órgãos do Ministério, entre os quais o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



SISTEMAS CONSTRUTIVOS

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – através do Programa de Tecnologia Urbana e da Habitação e o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC – estão produzindo um filme, dirigido por José Zanini Caldas, que documenta as diferentes soluções encontradas pelas camadas sociais de baixa renda, em várias regiões do País, para construir a sua habitação.

O aproveitamento do solo possível – seja na periferia, seja no interior das cidades, onde quer que as condições econômicas, sociais ou legais o permitam; a utilização de matéria-prima local – particular de cada região – para a construção da casa; o aproveitamento do lixo industrial e as várias técnicas construtivas usadas nas diferentes regiões, constituem os temas deste documentário, que se encontra em fase de finalização.

Instigado pela mais extrema necessidade, o homem resolve as dificuldades de construir em terreno excessivamente inclinado e acidentado dos morros do Rio de Janeiro; descobre a solução de alinhar uma casa atrás da outra – numa fila interminável – para aproveitar as terras devolutas que acompanham a linha do trem, em Campos; usa de sistemática astúcia para conseguir um espaço para sua moradia, na favela do bairro de Coroadinho, em São Luís do Maranhão; fabrica rapidamente, para uso imediato, um cômodo precário, com paredes e teto de palha, em torno do qual, posteriormente, constrói em taipa a casa definitiva. Pode, então, derrubar o primeiro abrigo, que lhe assegurou a posse do terreno. Incrivelmente, quando não lhe sobra mais um solo onde morar, inventa a solução de criá-lo, a partir da acumulação de lixo sobre os Alagados, em Salvador.

Inventividade, inteligência e sensatez se evidenciam no aproveitamento da sucata, no uso da matéria-prima natural local e nas técnicas construtivas documentadas. O filme mostra a utilização de pneus usados para a fabricação de telhados; o uso da palha, da pedra, da madeira ou do barro quando se oferecem disponíveis nas regiões; a variação das técnicas construtivas relacionadas aos recursos humanos e naturais.

Quando a câmara se detém, na cidade de Linhares, numa antiga casa de fazenda estruturada em madeira, com telhas do mesmo material e cujos tijolos são de adobe, ou quando realiza um passeio sobre os telhados seculares de São Luís, sugere que as técnicas de construção ecológica e esteticamente harmônicas daquela época passada continuam sendo usadas quando a necessidade conduz as comunidades ao esforço – abandonado pelas camadas sociais mais favorecidas da sociedade industrial – de encontrar estratégias funcionais para a construção de seu abrigo.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA

O Congresso Nacional aprovou, no prazo recorde de 12 dias, o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional Pró-Memória. O projeto teve o irrestrito apoio dos parlamentares do governo e da oposição, o que, de acordo com o diretor-geral do IPHAN, Aloísio Magalhães, "reflete o interesse despertado pela matéria, pois não há dúvidas de que esse foi o gesto mais importante do Executivo na área de proteção aos bens culturais, graças à iniciativa do Ministro Eduardo Portella".

A matéria aguarda agora a sanção do Presidente da República, ao mesmo tempo em que se prepara o estatuto pelo qual se regerá a nova entidade. De acordo com Aloísio Magalhães, a Fundação Nacional Pró-Memória será o órgão executivo do Patrimônio Histórico e "dotada de uma estrutura operacional adequada em competência e especialidade para garantir à nova Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional as condições necessárias de atuação nas suas funções de preservação do bem cultural brasileiro".



O empresário José Mindlin tomou posse como Conselheiro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante a 89ª reunião extraordinária do Conselho Consultivo do IPHAN, realizada no dia 12 de novembro passado, data em que o Presidente da República, João Figueiredo, visitou a sede do IPHAN, em Brasília. Saudado por Aloísio Magalhães, diretor-geral do IPHAN, José Mindlin, logo depois de empossado, fez um breve pronunciamento, quando disse da sua satisfação em integrar o Conselho Consultivo do IPHAN e de sua responsabilidade em substituir "a grande figura que foi Prudente de Moraes, neto".

XAVANTES



A representação simbólica de identidades complementares, sobretudo no rito do carnaval, tem sido objeto de preocupação de antropólogos que se dedicam à reflexão sobre a sociedade brasileira. Assim vem sendo registrada a presença de indivíduos ou grupos fantasiados de índios durante o carnaval.

Em Salvador, Bahia, sente-se, de maneira marcante, este fenômeno que vem sendo observado em duas ordens. Uma, proveniente das associações religiosas ligadas a segmentos da cultura afro-brasileira, com seus afoxés de caboclo. Outra, os blocos de índios, mais recente, inspirada no bloco Cacique de Ramos, do Rio de Janeiro, que congrega associações recreativas de bairros, conformadas por extratos sociais bem definidos. Estas associações, embora evidenciem traços dos afoxés de caboclo, apelaram, nos seus primeiros anos de vida, para símbolos norte-americanos, dada, talvez, a invasão cultural alienígena que lhes proporcionava maior quantidade de informação a respeito dos povos tribais da América do Norte. Desse modo, surgiram os blocos carnavalescos Apaches do Tororo, Comanches, Cheyennes, entre outros.

Na década de setenta, face ao crescente interesse da sociedade nacional pelas culturas indígenas do Brasil, passou a circular na imprensa brasileira considerável quantidade de informações acerca de nossos grupos tribais. Surgem, então, os chamados "blocos de índios nacionais, em oposição aos internacionais", segundo seus organizadores. A partir deste interesse, cresceu a necessidade de melhor conhecimento e familiaridade com os símbolos indígenas nacionais, para marcação de identidade. Assim, alguns desses blocos passaram a buscar maiores informações sobre tribos brasileiras escolhidas como objeto das suas representações, a ponto de manterem assinatura da Revista de Atualidade Indígena e iniciarem visitas periódicas a grupos ligados à área, como associações e a própria Universidade. Tal demonstração de interesse, que em alguns casos incluía mesmo a preocupação com acontecimentos políticos envolvendo sociedades indígenas "padroeiras", fez com que na Semana do Índio deste ano, em Salvador, o Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade da Bahia e os "blocos de índio" promovessem um debate sobre indigenismo.

Apesar desse, poderíamos chamar, avanço em relação ao maior entrosamento entre os blocos e as informações sobre a comunidade indígena brasileira, persiste, no entanto, uma deficiência considerável de conhecimento das formas simbólicas mais aparentes ou visíveis, que podem ensejar não apenas a representação homóloga mas a apreensão de traços originais que proporcionariam o enriquecimento do sistema de identidade pela diferenciação melhor definida. Neste sentido, o CNRC, em trabalho com a Universidade Federal da Bahia e o Bloco Carnavalesco Xavante, inaugurou, dia 18 de dezembro, na sede da agremiação, no Engenho Velho da Federação, em Salvador, uma exposição de artesanato xavante, como forma experimental de veiculação das informações recolhidas e referenciadas no projeto, que vem sendo há quatro anos desenvolvido, sobre o Artesanato Indígena do Centro-Oeste.



LIVROS & TESES

KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão do espaço urbano: sobre as possibilidades e limitações da análise visual, no caso de Barra do Garças.* Universidade de Brasília, Brasília. Tese de Mestrado em Planejamento Urbano. Julho de 1979. 390 p.

Procura-se trazer uma contribuição à abordagem do espaço das cidades brasileiras, considerado este como uma entidade arquitetônica, e limitado ao processo cognitivo, em função do planejamento urbano. O referencial caracteriza-se por dois pontos: 1) a contribuição específica do conhecimento do espaço urbano como entidade arquitetônica; 2) como se pode otimizar esta contribuição, em situações carentes de cursos para o planejamento urbano. O trabalho divide-se em quatro partes: colocação da problemática objeto do trabalho, proposta de resolução para a mesma, teste em uma situação real, e conclusão quanto às possibilidades e limitações advindas do teste.

A primeira parte delimita o campo de trabalho, (espaço intra-urbano), caracteriza o aspecto do processo urbano e a este como maneira de organização social, participante do processo geral de ocupação físico-territorial. Procede-se, a seguir, considerando as externalidades do fenômeno urbano que têm sido colocadas como problema e acionado pesquisa, ambos no sentido da preservação das relações de dominação das classes urbanas sobre as classes rurais; o estudo do processo urbano é analisado segundo sua efetivação pelas diversas disciplinas, correspondentes à divisão profissional em vigor no mundo ocidental, e, nesta, vêem-se as possibilidades da arquitetura, evidenciando-se o impasse próprio a esta e a necessidade de consolidação da área de pesquisa para seu estabelecimento como disciplina.

A segunda parte introduz o marco teórico, associando todas as entidades contidas no campo disciplinar da arquitetura, e vinculando conceitos teóricos a objetos reais; nasce daí uma postura de abordagem de objetos arquitetônicos reais – de observador contido no objeto, como a única capaz de conduzi-lo a decodificar as práticas sociais, em função das quais a cidade existe e se constrói. Assume-se ainda que todo o conhecimento origina-se nas manifestações perceptíveis dos fenômenos, porém só se realiza se forem estas submetidas a teorias. Passa-se, então, a propor uma metodologia geral de conhecimento do espaço urbano, que enfatiza a etapa de apreensão (percepção, imaginação e objetivação) do mesmo, como fornecedora de dados a serem teorizados. Conclui-se pela formulação de técnicas, para cada nível de apreensão, que possibilitem uma otimização de dados capazes de conduzir à descoberta da lei de formação do processo espacial urbano.

A terceira parte realiza um teste, sobre Barra do Garças, situada no médio Araguaia. O encaminhamento segue os passos descritos na segunda parte, aplicando as técnicas formuladas no seu final. Inicia-se com o referencial de informação que se tinha sobre aquela cidade, antes de visitá-la, segue-se narração do contacto sensível, através da principal seqüencia espacial da cidade e das suas seqüências de penetração, aplicando técnicas de análise sensorial à globalidade das manifestações externas do espaço urbano. Conclui-se introduzindo a fixação da imagem urbana e formulando uma hipótese de evolução histórica. O segundo nível de apreensão é o da imagem, onde avalia-se as condições gerais de qualidade do espaço urbano, sua estrutura, enquanto manifestação externa, e se o analisa, como tipologia, em seus sistemas principais. O terceiro nível de apreensão coleta dados objetivos sobre Barra do Garças, na medida em que correspondam às finalidades de condução às relações internas do fenômeno. Inicia-se pelos subsídios históricos da cidade, e aborda sucessivamente diversos outros tópicos; evidencia-se a carência de dados estatísticos e objetivos. O teste finaliza submetendo-se à teoria os dados apreendidos nos três níveis: procuram-se subsídios regionais e da história econômica e política mais recente, e a seguir procede-se à explicação das manifestações externas do espaço urbano de Barra do Garças, inicialmente apreendidas.

A quarta parte do trabalho reflete sobre o teste, colocando-se as possibilidades abertas tanto pela abordagem proposta quanto pelo método fornecido por Barra do Garças. Delimita-se mais precisamente qual é o papel da apreensão no conhecimento do espaço urbano, e do conhecimento deste, no próprio processo de planejamento urbano, no atual contexto brasileiro.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL nº 18, edição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1978, 251 págs. – Apresentação: Renato Soeiro – A Pintura Colonial em Minas Gerais, Rodrigo Mello Franco de Andrade – Antônio Francisco Lisboa, O Aleijadinho, Lúcio Costa – Manuel Francisco de Araújo, Ivo Porto de Menezes – A Antiga Comercial Vila dos Remédios, Fernando Machado Leal – Possíveis Manifestações de Cultura Payagua em Território Brasileiro, Ariete Alice Schmitt e Igor Chmyz – Novas Contribuições Para o Arquivo do Patrimônio Histórico, Herculano Gomes Mathias – Inovação de Antônio Francisco Lisboa na Estrutura Arquitetônica dos Retábulos, Lygia Martins Costa – Índice por Monumentos do Dicionário de Artistas e Artífices Mineiros dos Séculos XVIII e XIX, primeiro volume de Judith Martins, elaborado por Ivo Porto de Menezes.

SMITH, Robert C. – IGREJAS, CASAS E MÓVEIS – ASPECTOS DE ARTE COLONIAL BRASILEIRA. Edição conjunta da Universidade Federal de Pernambuco e da 3ª Diretoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1979, 383 págs.

SEMINÁRIO SOBRE CULTURA MINEIRA NO PERÍODO COLONIAL. Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais. 1979, 191 págs. Conferencistas: Augusto Silva Telles (Arquitetura); Francisco Curt Lang (Música); Antônio Cândido Mello Sousa (Literatura); Mário Barata (Artes Plásticas); Maria Iedda Leite Linhares (História).

OPINIÃO

Há no Brasil, um sem número de entidades públicas e privadas que se dedicam ao trabalho sobre o artesanato. Algumas são voltadas para uma ação de caráter assistencial; preocupam-se, algumas mais, outras menos realísticamente, com o artesão, tratando de aspectos como os da organização da produção, da venda do produto, de sua melhoria, etc. Outras, preocupadas como a problemática sócio-econômica mais geral do País, trabalham também para o melhor aproveitamento da mão-de-obra artesanal. Outras, ainda, freqüentemente ligadas às atividades de extensão universitária, tratam da pesquisa antropológica ou sociológica do artesanato.

Praticamente todas as entidades mencionadas (inclusive as particulares, porque são quase sempre subvencionadas) se ressentem do problema representado por sua necessária vinculação, não apenas ao modelo político vigente, mas a cada uma das variadas alterações de chefias que ocorrem, com freqüente inconseqüência, no campo da política cultural, principalmente na área regional.

Há, entretanto, um outro problema, que certamente se relaciona ao primeiro, de que queremos tratar — o da existência de uma barreira bastante nítida entre as instituições mencionadas que se voltam para a ação e aquelas que podem ser caracterizadas como de pesquisa.

A idéia que aqui vamos defender é a de que, se a separação parece mesmo existir, ela é prejudicial e relacionada a preconceitos mútuos. E, mais importante do que isto, propomos que pesquisa e ação se realizem sempre conjugadas, uma orientando e sendo orientada pela outra, de modo que busquem, pesquisa e ação, um norteamento estreitamente vinculado à específica realidade de que tratam.

Assim, principalmente no momento atual, em que se faz importante fortalecer a nossa identidade cultural e a consciência de sua relevância para o bem-estar econômico e social do País, parece-nos fundamental que a política cultural — tanto federal quanto estadual ou municipal — seja regida pela noção concreta da existência, no Brasil, de uma pluralidade e diversidade de culturas. É importantíssimo, sobretudo para a pesquisa e a ação sobre o artesanato brasileiro, que essa política não se vincule a outras motivações que não aquelas indicadas pelas específicas circunstâncias das regiões por elas abrangidas.

Que pesquisa e ação se conjuguem, nesse sentido, deveria ser, a nosso ver, a orientação da política adotada para o artesanato, seja em que âmbito for. Entretanto, em nosso País, a pesquisa se torna cada vez mais departamentalizada, especializada, regendo-se por modelos

metodológicos importados, como que temendo desenvolver-se mais organicamente ou experimentar-se na realidade circundante. Por seu lado as iniciativas e resoluções tomadas sobre a realidade cultural brasileira — talvez devido à pressão dos problemas urgentes que se apresentam — são realizadas, o mais das vezes, sem um mínimo conhecimento prévio desta realidade em seus aspectos específicos. Conseqüentemente, termina-se por adotar uma orientação limitada, imediatista e mesmo equivocada, na medida em que não se leva em conta um complexo de variáveis capaz de atribuir maior segurança à ação. Desse modo, o preconceito mútuo que impede a conjugação entre pesquisa e ação existe de fato e, até certo ponto se justifica.

Feitas essas constatações, passamos a argumentar em favor de nossa idéia, fruto da reflexão sobre diferentes experiências realizadas pelo CNRC nesses últimos quatro anos e que decorre, entre outros princípios, de não buscarmos apreender o fenômeno cultural isolado, mas a sua própria dinâmica.

O estudo, por exemplo, sobre os diferentes tipos de artesanato desenvolvidos em duas regiões do País — respectivamente, o Triângulo Mineiro e a cidade de Tracunhaém, em Pernambuco, permitiu-nos chegar a conclusões indispensáveis ao planejamento de qualquer ação não apenas referente a esses artesanatos mas, feitas as devidas ressalvas, de toda ação sobre a produção artesanal, em geral.

Tanto a pesquisa no Triângulo Mineiro sobre a tecelagem em teares de quatro pedais, como aquela que se realiza sobre a cerâmica de Tracunhaém indicam a possibilidade de uma **evolução** no processo de produção e no produto desses artesanatos, que se caracteriza, globalmente, por um contínuo relacionamento entre as mudanças verificadas nas suas respectivas técnicas e produtos e uma estrutura básica que, por sua vez, é condicionada por um complexo de variáveis históricas, geográficas e sócio-econômicas de cada região.

Esse contínuo relacionamento — perceptível mesmo através das mudanças ocorridas — atribui aos referidos processos artesanais e a seus produtos um sentido, que poderíamos exprimir como a possibilidade de o produto, ainda que adequado a circunstâncias diferentes das que regeram seu período de surgimento, dar testemunho significativo de seu contexto cultural de origem.

Tal evolução e o sentido conseqüente, que permanece ao longo das transformações do produto, é algo muito diferente do que caracterizamos como **alteração** — processo de transformação em que o produto perde o sentido de que falávamos e penetra no caminho do aleatório ou no da perda de relacionamento com o contexto cultural a que pertencia. Um maior ou menor afastamento dos grandes centros urbano-industriais pode ser determinante seja de um processo de evolução seja de um processo de alteração do artesanato.

Entretanto, o estudo direcionado pelas realidades específicas nos ensinou um pouco mais a respeito. As particulares técnicas de produção podem se constituir, entre outros, em importante fator para impedir ou dificultar a alteração. Esse é o caso, por exemplo, da tecelagem estudada em que o processo rígido, necessariamente condicionado por um modelo estrutural, resiste à alteração.

Já a técnica da cerâmica, ao contrário daquela da tecelagem, é bastante flexível para servir tanto à evolução quanto à alteração. Assim, nos perguntamos: o que terá determinado em Tracunhaém — apesar do inegável relacionamento entre a produção da cerâmica, na cidade, e sua procura, nos centros industriais urbanos — a saudável dinâmica da evolução e, não, a da alteração? Parece-nos poder adiantar que o que se passou entre aquele contexto de produção de cerâmica e dos centros urbanos foi um processo de comunicação e, não, o da destrutiva invasão cultural.

Não seria aqui o lugar de nos alongarmos em demonstrações de natureza técnica, provenientes de estudos das realidades particulares, ou no evidenciamento detalhado de sua relação obrigatória com processos culturais e sócio-econômicos. Queremos, sobretudo, insistir no fato de que sobram-nos razões para recomendar a necessidade de que pesquisa e ação se reúnam inspiradas pelas realidades específicas de que tratam.

Centro Nacional de Referência Cultural